

Guerra: Integração com militares

Amaral: Acordo nacional de nível



Amaral Peixoto: Acordo antes que seja tarde

Enquanto o senador Paulo Guerra afirma que "não há possibilidade de normalização político institucional no Brasil, até que sejam superados os obstáculos que ainda impedem a perfeita integração das Forças Armadas com a classe política, o senador Amaral Peixoto, do MDB e velho pessedista, entende que "é preciso aproveitar a oportunidade, antes que seja tarde demais pois, antes de tudo, é preciso favorecer um desarmamento de espíritos. O Senador pernambucano é de opinião de que a Arena somente poderá iniciar um trabalho de efetiva conquista de poder no dia em que os políticos identificados com a obra revolucionária adquirirem a confiança dos militares. Já o senador Amaral Peixoto, adverte que aqueles que militam no partido da oposição não podem, em nenhuma hipótese, serem chamados de inimigos do Brasil



Guerra: A confiança dos militares é essencial

"Não há possibilidade de normalização político-institucional no Brasil, enquanto não forem superados os obstáculos que ainda impedem a perfeita integração das Forças Armadas com a chamada classe política brasileira. Essa integração é necessária à estabilidade das instituições e ao futuro do País", segundo afirmou o Senador Paulo Guerra (ARENA-PE).

"A Arena só poderá iniciar um trabalho de efetiva conquista de poder no dia em que os políticos identificados com a obra revolucionária adquirirem a confiança dos militares - superando aqueles as reservas e restrições que guardam a esse convívio e estes as desconfianças e suposições que ainda têm relação aos homens públicos do país, acrescentou.

Acredita Paulo Guerra que essa constitui a saída real para o drama político brasileiro, aquela providência elementar que deve preceder qualquer iniciativa destinada a implantar um regime constitucional.

Cimentada essa aliança, poderemos partir para projetar as linhas de um regime democrático que compatibilize a permanência histórica da Revolução com os ideais liberais

da maioria do País - acrescentou.

O ex-governador pernambucano lembra as vantagens dessa integração, observando que os militares teriam, como contrapartida, o apoio popular através da adesão dos políticos. O povo brasileiro, ao contrário do que julgam alguns, compreende o papel desempenhado pelos militares na segurança do País e admiram o seu trabalho. "O grande obstáculo à integração - disse - continua a ser o clima de reservas e desconfianças mútuas. Além disso, os militares costumam subestimar os resultados de uma participação efetiva dos políticos no processo de condução da vida nacional, ainda marcados pelas decepções que sofreram ao longo do império da Carta de 1946, quando o País foi abalado por uma sucessão interminável de crises.

Ajuntou Paulo Guerra que a estabilidade política e institucional constitui uma verdadeira obsessão para as Forças Armadas, "preocupadas com a destinação histórica do País e desejosas de que os audaciosos planos de expansão econômica se concretizem dentro de um clima de paz e de tranquilidade".

Essa reserva, essa desconfiança, as barreiras, enfim, que se erguem para impedir a perfeita aliança entre políticos e militares tornam estéril - para o Senador pernambucano - a discussão que se processa no âmbito do Congresso, vale dizer, da classe política, em torno dos possíveis modelos de institucionalização do País.

Admite o Senador que só o Presidente da República, na atual conjuntura nacional, reúne as condições necessárias - só ele tem autoridade - para exercer o papel de coordenador de um trabalho dessa natureza, destinado a cumprir a missão de aglutinar todas as forças vivas do País em torno de um projeto nacional.

Paulo Guerra lembrou recente pronunciamento do Presidente da República, feito para uma turma de estagiários da Escola Superior de Guerra, quando o Chefe do Governo advertiu que a segurança nacional não se deve constituir em responsabilidade exclusiva dos militares, mesmo porque transcende o seu âmbito, para se transformar em tarefa de todos os brasileiros.

Ao se referir à marginalização dos políticos, nos últimos anos, registra Paulo Guerra

uma faceta singular na conjuntura brasileira que costuma provocar o espanto de estudiosos e analistas de nosso País e do exterior. Observa que, decorridos mais de 12 anos, a Revolução de 1964, "cujo saldo positivo é inestimável", não conseguiu montar a sua própria estrutura política.

Entende, todavia, que a falta de uma armadura política torna esse mesmo sistema vulnerável às complexas pressões de um País que não se mede apenas pela extensão territorial e por uma população que ultrapassou a casa dos 100 milhões de habitantes, segundo o Sr. Paulo Guerra.

Deve-se medir a extrema complexidade de nossa sociedade pelo arquipélago social em que se constitui e pelo milagre de sua unidade, um objetivo nacional permanente que constitui obsessão dos brasileiros. Projetar essa rica gama de idéias e interesses no campo de uma estrutura política constitui o maior desafio histórico à Revolução - declarou o Senador por Pernambuco.

A Revolução revelou suas incinações democráticas desde o primeiro momento - ela mesma feita para defender o patrimônio democrático da Nação,

ameaçada pela ofensiva da anarquia e da subversão comunista, argumenta o Sr. Paulo Guerra. Mas a vida das instituições democráticas sofre da falta de uma definição que estimule sua existência.

Não existe - disse - uma estrutura para dar suporte político à Revolução e aos seus Governos. Existe um artifício partidário criado durante abalos do sistema revolucionário e padecendo do seu toque improvisador. É uma situação sem alicerce, sem abasamento, que reclama o trabalho paciente de pedreiros devotados.

MARGINALIZAÇÃO

O ex-governador acha que não é justo marginalizar toda a classe política porque não há confiança em vários de seus integrantes. Recomenda, por isso, um trabalho de reorganização de partidos, o qual permitiria a realização de um processo de triagem, de um expurgo natural, pelo qual seriam expulso aqueles que não se identificam com os ideais e princípios da Revolução de 1964. Organize-se um novo partido da Revolução, repila-se o que for impronunciável, comecemos um trabalho de purificação política

do País - disse.

A marginalização não se justifica, mesmo sob o ponto-de-vista do interesse da Revolução. Lembrou, a propósito, que no Senado, por exemplo, se encontram, entre homens de grande valor e experiência, 16 ex-governadores e nove ex-Ministros de Estado. Indagou se constitui um ato de lucidez dispensar o concurso desses brasileiros para o desenvolvimento do País.

Este quadro não pode se manter, afirma Paulo Guerra, invocando a vivência que tem com o processo político brasileiro. A própria perspectiva de um agravamento progressivo da situação econômica, com os inevitáveis reflexos na ordem social, reclama providências para estruturar o País politicamente e prepará-lo para enfrentar as dificuldades que estão por vir.

A integração dos políticos identificados com a Revolução e as Forças Armadas é, portanto, esforço que precederá qualquer articulação objetiva visando a estruturar um regime constitucional, a armadura ideal para conciliar os ousados planos de expansão do Brasil com suas tradições liberais - concluiu o Senador.